

Dívida interna alta *Pública* já preocupa Itamar

06 OUT 1992

O presidente está entusiasmado com os níveis das reservas internacionais, em torno de US\$ 22 bilhões, mas manifestou apreensão sobre a dívida interna, segundo revelou o governador do Maranhão, Edson Lobão (PFL), logo após discutir com Itamar Franco os problemas do Nordeste, em sua casa na Península dos Ministros. “Concordo com ele”, disse o governador. “De que adiantam reservas elevadas se elas não geram riquezas e bem-estar para o Brasil?”

A dívida interna da União, hoje em US\$ 31 bilhões, poderá voltar ao seu nível máximo, registrado no final do governo Sarney — US\$ 60 bilhões — se o governo não conseguir um profundo ajuste fiscal e for obrigado a continuar pagando juros reais de 2% ao mês para vender seus títulos. A projeção foi feita pela equipe do ministro Márcilio Marques Moreira e será entregue ao novo ministro da Economia. Em um cenário menos pessimista, a equipe acredita que a dívida voltará à casa dos US\$ 50 bilhões em cerca de 50 meses, se a taxa de juros dos papéis do Governo cair para 1% real ao mês.

A única forma de manter a dívida mobiliária estável seria conseguir superávits gigantescos nos gastos públicos, que poderiam ser usa-

dos para resgatar parte dos títulos que são rolados diariamente pelo Banco Central. Com juros reais médios de 2% ao mês, haveria necessidade de aproximadamente Cr\$ 4 trilhões de superávit mensal nas contas do governo, para evitar que a dívida mobiliária crescesse. Se os juros dos títulos oficiais caíssem para 1% ao mês, o superávit mínimo necessário para que a dívida interna não aumente seria de Cr\$ 2 trilhões. Hoje, com todos os apertos do Governo Federal, incluindo cortes de salários, de investimentos e custeios, o superávit tem sido de no máximo Cr\$ 1,1 trilhão.

Externa — Além da dívida interna, a União é responsável por uma dívida externa em US\$ 41 bilhões. Somando tudo, o Governo Federal deve US\$ 72 bilhões, ou seja, 18% do PIB — tudo que é produzido no Brasil em um ano. A dívida em títulos está hoje em cerca de 8% do PIB. Em dezembro de 90, com o bloqueio dos cruzados, a dívida mobiliária chegou ao seu nível mais baixo (3% do PIB). Enquanto durou o bloqueio, ela esteve praticamente nesse nível, pois os juros eram de apenas 0,5% ao mês, sem contar que o Plano Collor eliminou uma parte da correção monetária sobre o dinheiro retido pelo Banco Central.